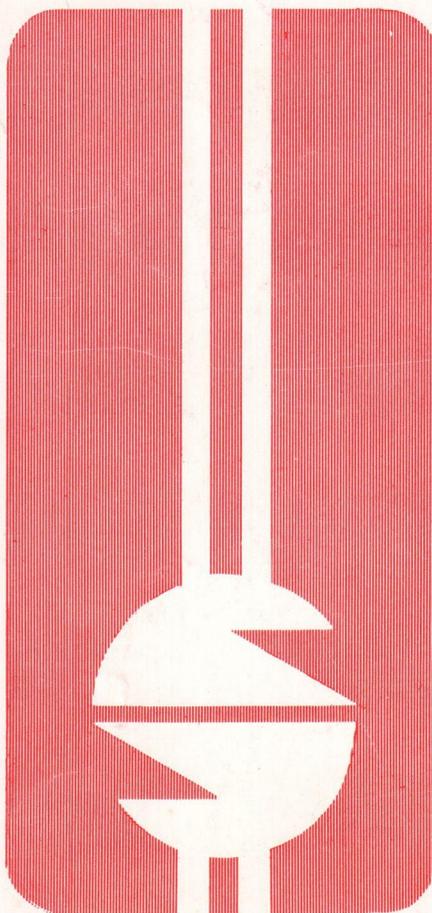


Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

nesta edição:

- **DA SÍNTESE NEOCLÁSSICA À REDESCOBERTA DE KEYNES**
Fernando Cardim de Carvalho
- **KEYNES NA SEDIÇÃO DA ESCOLHA PÚBLICA**
Antônio Maria da Silveira
- **KEYNES E O PENSAMENTO ECONÔMICO LATINO-AMERICANO**
Flávio Versiani
- **TEMPO E EQUILÍBRIO NA TEORIA GERAL DE KEYNES**
Mário Penas
- **PAINEL – KEYNES E A CRISE ATUAL**
Pedro Cezar Dutra Fonseca
Ricardo Tolipan
Roberto Camps Moraes
Maria Aparecida G. de Souza
Yeda Rorato Crusius



REITOR: Prof. Gerhard Jacob
DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS:
Prof. Walter Meucci Nique
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS:
Prof^a. Otilia Beatriz K. Carrion

CONSELHO EDITORIAL:

Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca (Presidente)
Prof. Achyles Barcelos da Costa
Prof. Carlos Augusto Crusius
Prof. Edgar Augusto Lanzer
Prof. Hemani Hickmann
Prof. Juvir Mattuella
Prof. João Rogério Sanson
Prof^a Maria Imilda da Costa e Silva
Prof. Nali de Jesus de Souza
Prof. Nuno Renan L. de Figueiredo Pinto
Prof^a Otilia Beatriz Kroeff Carrion
Prof^a Yeda Roratto Crusius
Prof. Paulo Alexandre Sphor
Prof. Roberto Camps Moraes

FUNDADOR:

Prof. Antonio Carlos Rosa

ANÁLISE ECONÔMICA publica dois números anuais nos meses de março e novembro. O preço da assinatura para 1988 é Cz\$ 500,00, a ser pago através de cheque nominal para "Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS". Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para elaboração de resenhas ou resenhas.

Toda correspondência, material para publicação, assinaturas e permutas devem ser dirigidas a:

Prof. PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA
Revista Análise Econômica
Av. João Pessoa, 52 – 3^o andar
90.000 – Porto Alegre (RS) – Brasil

KEYNES NA SEDIÇÃO DE ESCOLHA PÚBLICA*

ANTONIO MARIA DA SILVEIRA

Minha preferência por *sedição* em vez de *revolução* não se prende de ao desprestígio popular do segundo vocábulo em nosso país... Pelo contrário, atendo-me à semântica tradicional e procuro apenas ser academicamente cauteloso. A *contra-revolução* monetarista já foi posta como não mais do que significativo *marco* evolucionário do keynesianismo (Patinkin 1969); a *revolução* das expectativas racionais parece-me perder fôlego e caminhar para a valia de uma significativa perturbação da ordem pública; desapontamentos maiores, como na teoria dos jogos ou na concorrência imperfeita, ainda estão vivos. Resguardo-me assim, ficando aquém da Associação Econômica Norte-Americana, quando caracteriza a origem do novo campo de estudo da ciência como *revolução*. Ao laurear James M. Buchanan como "Distinguished Fellow" em 1983, a caracterização é explicitada nos melhores termos do estudo da evolução do conhecimento (AER, set. 84):

...ocorreu nos últimos trinta anos uma verdadeira mudança de paradigma em Finanças Públicas, e a criação de um novo mas relacionado campo, Escolha Pública. Em ambas revoluções intelectuais, Buchanan desempenhou uma liderança e, mesmo, um papel dominante. Hoje, a ciência econômica interessa-se pela política pública, não apenas opinando sobre o que é uma boa política, mas examinando detalhadamente os procedimentos governamentais e analisando o próprio governo. Trata-se naturalmente do campo da Escolha Pública, em que Buchanan tem exercido tão destacada função... De fato, tanto em Finanças Públicas quanto em Escolha Pública, existe hoje toda uma comunidade acadêmica cujo trabalho lida com tópicos que eram considerados fora da economia, ou radicalmente diferentes da tradição de 30 anos atrás; estes acadêmicos se vêem como discípulos de Buchanan. Além destas mudanças maiores de paradigmas, Buchanan tem feito contribuições ao longo de todos os campos da economia...

O Prêmio Nobel de 1986 internacionaliza o reconhecimento tanto da criatura quanto da criação, apesar da significativa resposta negativa da comunidade acadêmica, extravasando-se até em jornais. Este com-

* Da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV-RS.

* Meu agradecimento a Pedro C.D. Fonseca e demais colegas do IEPE pelo honroso convite, que atendo com a exposição de minhas primeiras idéias sobre este movimento científico; o tema do Seminário, "KEYNES EM DEBATE", focaliza minha atenção sobre o lado antitético face ao keynesianismo.

ANÁLISE ECONÔMICA	ANO 6	Nº 9	NOV/87-MAR/88	p.23-38
-------------------	-------	------	---------------	---------

portamento merece uma análise, pois vai além do esperado em termos do reacionarismo do cientista *normal*, tão bem estudado por Kuhn (1978) em sua “A Estrutura das Revoluções Científicas”. A favor da Fundação Nobel há que se afirmar o seguimento impecável do estatuto e das práticas tradicionais (Lindbeck 1985): realizações específicas ao invés de “pessoas eminentes” – desconsiderando envolvimento pessoal na política e na sociedade –, realizações continuadas em preferência a isoladas contribuições excepcionais, originalidade e fertilidade do trabalho, sua importância e seu impacto na ciência e na realidade, etc. A Fundação procura ainda manter uma visão pluralista da pesquisa econômica, com atendimento sequencial de distintos campos, métodos de análise e mundivisões econômicas.

Espero ao longo do texto indicar alguns fatores que magnificaram a reação contra a *lâurea*. Um antecipável é a maneira de escrever naturalmente polêmica do laureado, acentuando o questionamento envolvido nas controvérsias sobre temas dos mais importantes e fundamentais da ciência – não se pode negar que Buchanan os escolhe muito bem. De minha parte, seus escritos fazem cócegas no raciocínio e estimulam a réplica, pois encontro-me quase sempre opostamente posicionado em alguma dimensão maior.

Catálica

Na caracterização do campo da Escolha Pública, Buchanan* aponta, em primeiro lugar, um retorno da ciência econômica ao paradigma da *troca*, entendida como relação voluntária, e tomado o indivíduo como unidade básica de análise da ação coletiva – o individualismo é a tônica sempre honrada. Fala de *retorno*, pois acusa uma “conversão” dos economistas ao paradigma da *maximização-escassez-alocação-eficiência*. Somente tal conversão explicaria o fato de terem levado a sério o modelo de Lange, ou a teoria keynesiana da política entre as décadas de 30 e 60 – “como puderam fracassar na percepção de que os políticos eleitos buscarão qualquer desculpa para criar déficits orçamentários?” (p.25).

A adoção do construto *homem econômico* na explicação do comportamento político de *todos*, desde eleitores até autoridades públicas maiores, passando por legisladores, juizes e jornalistas, é o segundo ponto na caracterização do autor. Ele é bem estrito aqui, restringindo a utilidade à riqueza líquida medida, “para que a análise seja operacional” (p.24). Trata-se de um aspecto maior, e assim salientado por Georgescu (1967, pp.291-335), mas não percebido por Brunner na descrição do construto como HAME – homem avaliador, maximizador e engenhoso –, em suas análises do crime (1977) e da estatização (1978).** A combinação dos dois paradigmas leva, segundo Buchanan,

à *perspectiva* da escolha pública, ao paradigma da política-como-troca-voluntária-entre-indivíduos.

Temos a extensão da análise neoclássica ou microeconômica ao campo da política. De fato, o alargamento foi bem maior com a abrangência da conduta humana em geral, desde casamentos e discriminação até “Uma Teoria da Verdade em Autobiografias”, um dos trabalhos mais recentes de Buchanan (1986, pp.507-17). Vale tomá-lo como exemplo de análises no campo, pois é interessante também pela autoexposição que envolve. Parte-se da aritmomorfização do conceito de bondade, numa escala unidimensional – cabiam desculpas com Knight (1922, pp.5 e 22), de quem Buchanan foi aluno, de quem ainda se considera discípulo, e a quem atribui, corretamente penso eu, competência e integridade intelectual-exemplares.* Segue-se uma apresentação do indivíduo em três pessoas distintas – sempre a “trindade” –: a *pessoa observada*, ou objetivamente observável em registros de sua história, a *pessoa autobiografada*, com viés direcional para bom, e a *pessoa verdadeira*, definida pelo artifício do experimento ideal.

Depois de algumas passagens bem irrealistas, como por exemplo, “o viés é aproximadamente invariante entre os autobiografados”, chega-se a importante teorema, “há mais verdade nas autobiografias na medida em que os autores são ‘pessoas observadas’ tidas como más”. Prosseguem desvantagens comparativas dos economistas em relação aos filósofos morais (1986, p.513):

O economista é observado modelando os seres humanos como se fossem egoístas; o filósofo moral como se pudessem ser santos [Não se pode deixar de notar o recurso friedmaniano ao *como se* ficcionista**]... o economista evita deliberadamente as motivações nobres e mais altas da ação humana, não por considerá-las desimportantes em algum sentido pessoal, mas porque estão simplesmente excluídas de sua competência profissional.

Continuando, depois de considerações opostas para o filósofo, atinge-se o corolário talvez mais importante na motivação do autor, “economistas que se autobiografam são provavelmente mais verdadeiros do que filósofos morais”... Além deste “reconforto ou ‘vitória’ moral”, nossa comunidade pode ainda alegrar-se, pois encontra nesta “teoria” também uma explicação para a paucidade das biografias de economistas, quando comparados a santos, ou ainda o porquê dos dicionários contarem menos economistas do que santos!

Buchanan mostra-se ferido como poucos pela acusação de Carlyle, reproduzida no texto: os *economistas têm filosofia de porco*. O que chamo de desvantagens comparativas, na citação acima, constitui-se certamente numa tentativa de autojustificação e de resposta ao fi-

lósofo. É apenas natural que os seguidores da Escolha Pública sintam mais profundamente a acusação, pois estendem a análise microeconômica a campos em que a dimensão egoísta da motivação humana não é o crucial, ou não pode ser tomada *isoladamente* como tal. A insatisfação assim gerada não se reduz aos filósofos, mas inclui também economistas de outras escolas, particularmente os institucionalistas, que se juntam convictamente a Carlyle. Por outro lado, o Prêmio Nobel coloca todos numa mesma categoria, pelo menos na percepção do público, trazendo um desencontro com a auto-imagem de muitos, e um sofrimento insuportável para os mais melindrosos.

Neste trabalho, em comum com os escritos do campo, percebe-se uma nítida tensão básica: ocorre oportunisticamente o reconhecimento da parcialidade do construto homem econômico, vez por outra através do *como se*, mas as conclusões assim derivadas não vêm, em geral, igualmente estabelecidas como parciais, como meias-verdades. Não se trata de contradição (Melo, 1985), mas o discurso fica intelectualmente insatisfatório, em particular quando se seguem recomendações de política, econômica, ou de mudanças institucionais, como se a análise não padecesse da incompletude de base. Além e apesar disto, o determinismo é a tônica: os políticos, *sem exceção*, buscam o aumento de déficits! Cabem desculpas dobradas com Knight, onde não se observa tal duplopensar e onde, no mesmo artigo da elaboração sobre a impropriedade do tratamento científico da bondade, vê-se o reconhecimento da primacia dos filósofos: compreendem os homens e a sociedade bem mais do que os cientistas sociais, por não se verem obrigados a manter uma análise parcial, a seguir os procedimentos científicos, ou não terem que se submeter aos antolhos da ciência – nas “desvantagens comparativas”, Buchanan acolhe a parcialidade e os antolhos da economia, mas acusa falha similar nos filósofos morais.

Cabem também desculpas aos filósofos da ciência pelo abuso no emprego da palavra *teoria*. Nagel (1963, p.228) assim reclama dos economistas, apontando a propriedade do rótulo apenas na generalidade de uma teoria newtoniana, teoria do consumidor, etc. Nestes termos, o título do artigo não pode ser mais do que “Uma Aplicação da Teoria Microeconômica ao Problema da Verdade em Autobiografias”. A propósito, Buchanan é dado a tais detalhes, não apreciando as denominações micro, marginalista, ou neoclássica. Procura ressuscitar *catalática*, como Hicks, mas sem citá-lo e por razões certamente distintas. Vou segui-lo, mais pela importância no diferenciar os economistas da Escolha Pública dos demais neoclássicos. Passo a chamar *catalático* o subgrupo neoclássico que explica toda e qualquer conduta humana a partir do homem econômico.

Finalmente, devo salientar no trabalho uma importante proposição sobre uma questão maior, que ocorre inesperadamente, como costuma acontecer na obra do autor. Rebatendo Stigler em particular, Buchanan questiona uma máxima metodológica bem divulgada pelos economistas, “olhe o que a pessoa faz, não o que diz”. No seu entendimento, a validade dela resta na inexistência de uma teoria econômica que explique a diferença entre o dito e o feito. Assim, a “teoria da verdade”, seria uma etapa no preenchimento desta lacuna, importantíssima pois não se pode continuar ignorando toda a rica evidência empírica existente no que se diz. Minha qualificação fica na restrição imposta, na teoria *econômica*, expressão em que o autor ainda entende apenas o neoclassicismo ou a catalática. A propósito, caminhei nesta linha em estudo sobre a mentira nos dados econômicos, Silveira (1984, pp.357-83); minha atenção com a incompletude das premissas, entretanto, coloca-o mais pertinentemente na tradição institucionalista*.

Keynesianismo

Parece-me fértil pensar na sedição catalática como noutra antítese à revolução keynesiana, um movimento intelectual de certa forma paralelo à contra-revolução monetarista. Emergiu durante o apogeu do keynesianismo, nos princípios da década de sessenta, segundo Buchanan – o monetarismo, por outro lado, teve seu marco paradigmático ainda em 1956, no “Restatement” de Friedman. O Movimento é uma sedição por caracterizar-se como um alargamento da ortodoxia pré-keynesiana; mas é também contra-revolucionário por dirigir seus escritos e sua argumentação contra a então prevalente ortodoxia keynesiana. Dado o paralelo com o monetarismo, recorro a H. Johnson (1971, pp.145-62), tomando quatro fatores dentre os que aponta como necessários para o sucesso de um movimento científico.

Saliento, em primeiro lugar, Keynes atacando uma *proposição crucial* da ortodoxia então existente, a tendência natural para o pleno emprego. Contra-atacam os monetaristas, fixando-se na desimportância da moeda – desnecessário talvez lembrar que, do ponto de vista do sucesso do movimento, não importa ser a proposição uma caricatura grotesca do pensamento dominante. Contra-atacam os cataláticos, afirmando que a “digressão keynesiana” pressupõe autoridades públicas “economicamente eunucas”. São duas expressões do próprio Buchanan, mas a segunda vem aplicada aos decisores empresariais do sistema langueano (Lange 1964, pp.57-143). Transpõe-se naturalmente, pois o executivo deste socialismo-libertário decide visando a satis-

fação de desejos da comunidade inteira, não apenas dos membros de sua unidade produtiva, muito menos de si próprio – noutras palavras, é um decisor em termos do interesse público*.

No sistema keynesiano o pressuposto envolve exigência menor, certamente, pois a exclusividade do coletivo fica restrita aos decisores governamentais. Mas a percepção catalítica, como visto, desqualifica a distinção, afirmando a crucialidade e onipresença dominante da ação interesseira. Brunner é o mais consistente na análise, acusando contradição em qualquer mudança do *Homo* de acordo com o setor, a natureza da atividade, o fenômeno ou o regime econômico. Mas Buchanan é o mais violento nos ataques à ortodoxia keynesiana; explicitamente, em xingatórios como dirigistas, socialistas antilibertários, etc, ou implicitamente, sempre que encontra uma brecha (p.22):

Não há sugestão alguma de que o aperfeiçoamento [do governo] reside na seleção de agentes moralmente superiores, que usarão seus poderes em algum 'interesse público'.

Voltando ao Johnson, um segundo ponto é sua afirmação de que as novas idéias conquistam audiência por prometerem soluções para *problemas práticos, não por mérito científico*. Keynes não teve dificuldade com a magnitude da questão prática com solução prometida: a Grande Depressão impunha-se como preocupação maior de todos. Monetaristas, em seu turno, lutaram muito para convencer o público de que a inflação importa, só o conseguindo a partir da guerra do Vietnã (1965). A grande questão prática com solução prometida pela catalítica é, sem sombra de dúvida, o déficit, o dirigismo, a estatização ou, em palavras de ordem, a corrupção, as mordomias, os marajás. Luta pela persuasão do público como no caso monetarista, ou o oposto keynesiano? Escudagem acadêmica de uma renascença conservadora? Ou de uma regressão autoritária através da desmoralização de congressos e políticos?

A dimensão contra-revolucionária do movimento está clara na veemência dos ataques de Buchanan a Keynes, responsabilizado pela destruição da moralidade fiscal victoriana. A defesa do déficit foi a escudagem acadêmica justamente necessária para legitimar a ação interesseira dos políticos. A solução que propõe está na mudança constitucional: regras rígidas para o crescimento da base monetária, governo pequeno, etc. Restrições constitucionais racionalmente escolhidas em substituição a valores morais em desuso. Os keynesianos certamente vangloriavam-se, e ainda o fazem, da destruição da doutrina de finanças sadias, lamentando, quando muito, outro uso que se fez dela (Robinson 1972, pp.6-7):

Foram os assim chamados keynesianos que persuadiram os sucessivos

presidentes de que não havia dano em um déficit orçamentário, deixando que o complexo industrial-militar tirasse vantagem do fato. Foi assim que se transformou em pesadelo de terror o devaneio de Keynes [o começo da vida civilizada a partir da erradicação da miséria, da desnecessidade de mais acumulação de capital e da abolição dos rendimentos de propriedade (sic)].

Algumas prescrições cataláticas assemelham-se ou igualam-se às monetaristas, tornando recomendável uma atenção conjunta às três escolas. Brunner, (1973, pp.9-14) ainda no apogeu de sua liderança no monetarismo, descreve-o muito bem num confronto com o keynesianismo. Na interação entre os processos políticos e econômicos, Keynes percebe a instabilidade do mercado e o papel estabilizador do déficit, advogando assim governos grandes. Monetaristas vêem exatamente o oposto, prescrevendo governos pequenos ou *laissez-faire*. Cataláticos distanciam-se de ambos, nevoaçando a distinção entre os dois processos, e chegando por vezes a negar o político. Arrazoam governo pequeno, mas fundamentados diretamente no postulado do decisor interessado. Estilizando suas explicações, *governos crescem porque políticos jamais cortam os programas existentes, visto que o custo na oposição dos eleitores direta e negativamente atingíveis é sempre maior do que o benefício no apoio dos indireta e positivamente afetáveis*.

Na qualidade dos instrumentos da política de demanda, keynesianos estimam mais potência nos fiscais e optam pela discricionariedade no usá-los ativamente, dado o papel estabilizador do processo político. Monetaristas, pelo contrário, apresentam cálculos de potência dominante nos instrumentos monetários. Mas como percebem a instabilização causada pelo lado político, advogam autoridades monetárias independentes e sem poder discricionário, um Banco Central autônomo com regra fixa para expansão da base*. Os conhecidos desproprios contra as autoridades econômicas são marginais no discurso, em virtude da exogeneidade da base: incompetentes sempre, por vezes corruptos, subservientes ou populistas, mas cientificamente obsoletos seria a concepção mais representativa.

Cataláticos querem o Banco Central autônomo e com regra fixa, querem a exogeneidade da base monetária, mas descrevem-na hoje endogenamente determinada através de um conflito redistributivo. Baseiam-se, novamente, na mesma derivação direta. Estilizando, *governos crescem porque suas agências buscam maiores orçamentos e poderes discricionários para redistribuir mais riqueza, através das trocas em que seus dirigentes se envolvem, buscando a maximização de interesses próprios*. É a própria corrupção, se adotamos a ótica keyne-

siana ou monetarista. O arrazoado é para a reforma de tudo, das leis e instituições todas, partindo-se do pressuposto de que os governantes e seus prepostos, os servidores civis e militares, são exclusivamente interesseiros. A perspectiva constitucional também emerge diretamente dos paradigmas, “para aperfeiçoar a política é necessário reformar as regras, a estrutura sob a qual o jogo político ocorre” (Buchanan, p.22).

Retornando ao Johnson, um terceiro ponto em sua análise foi a necessidade dos monetaristas, como contra-revolucionários, buscarem legitimação em clássicos pré-keynesianos e, naturalmente, apresentarem seus elos genealógicos. Friedman (idem, pp.3-21) apontou Fisher e a tradição oral de Chicago, nos ensinamentos de Knight, Simons, Mints e Viner. Patinkin (idem, pp.46-79) coletou evidências bem determinantes da falsidade de ambos, mantendo-a (Patinkin 1986, pp.116-21), apesar do recente esforço de Parkin (1986, pp.104-16) no contradizê-lo. Buchanan (p.24-6) elege Knut Wicksell e encontra uma ponte na tradição italiana de Finanças Públicas, citando a trindade De Viti de Marco, Puviani e Pantaleoni, além de sociólogos do final do século passado. Não fica nisto, entretanto, pois aponta Maquiavel como “pai dos modelos todos” (p.39).

Quanto à paternidade, ousou gerar uma suspeita. Na mesma época, Erasmo de Roterdan sintetizava sua análise em termos catalaticamente típicos (Silveira 1987, pp.61):

Em suma, para resumir tudo numa única idéia, voltai-vos para todos os lados, e vereis que os papas, os príncipes, os juizes, os magistrados, os amigos, os inimigos, os grandes, os pequenos, todos, sem exceção, agem em virtude do ouro sonante. E, como o filósofo fora do estritamente necessário, considera esterco esse metal, não é de admirar que todos desprezem a sua intimidade.

Note-se a exceção logo depois da explícita declaração do “sem exceção”. Trata-se de um paradoxo maior na visão catalática, insolúvel em virtude de sua rejeição da abordagem dialética: não devo, certamente, pressupor que os cataláticos cometem a arrogância de se autoperceberem em exceções; logo, como repelir a proposição de que os seus escritos se constituem em arrazoados, retóricas, ações interesseiras enfim? Como explicar uma subcomunidade científica mantendo seus valores morais, dentro de uma sociedade em que tais valores “estão em desuso”?

Quanto ao precursor acadêmico, Wicksell não é uma escolha surpreendente. Hicks (1980, pp.213-4) reconhece nos escritos dele, assim como em Pareto e von Mises, evidências em suporte da tese de que a revolução neoclássica foi um contramovimento ao socialismo, ou ao marxismo em particular. Mas a evidência é rejeitável, continua

Hicks, pois não há apoio algum na trindade máxima da escola, Walras-Menger-Jevons. Cabe, e muito, uma investigação à la Patinkin sobre a obra de Wicksell e a ponte italiana. Finalizo, com Johnson, considerando um quarto ponto na importante questão do método. Em princípio, não se pode aqui esperar novidade, pois trata-se de uma extensão do neoclassicismo. Mas observo, entretanto, dois importantes aspectos.

O primeiro na questão do dito e feito, discutida acima. Na medida em que Buchanan reconhece a importância do *dito*, maior atenção focaliza também no *feito*. Refiro-me à crítica ao neoclássico*, cuja ambição seria prever o comportamento humano sem necessidade de observá-lo, “sem levantar-se de sua poltrona”. É o pressuposto da maximização, naturalmente, que permite evitar todo o penoso trabalho de observação do comportamento na busca de generalizações empíricas. E como o pressuposto é mais precário quando passamos da firma para o consumidor, e deste para o decisor público, um ponto já salientado por Langue (1946-7, pp.135-8), a extensão catalática torna bem visível a evitação do trabalho empírico. Tal aumento de visibilidade reafirma ainda mais a necessidade de maior atenção no *feito*.

O segundo aspecto está na posição catalática quanto ao papel de matemática. Stigler (1960, pp.45) espera pela passagem de sua popularidade na economia, de modo que possa “vir a ser realmente serva da disciplina no longo prazo”. Não são poucos os grandes economistas das diversas escolas de pensamento que atacam, em termos de ineficiência ou perda de recursos sociais, os economistas-matemáticos, economistas-abstratos, ou economistas-teóricos, como devem eles preferir. Leijonhufvud (1973, pp.172 e 177) brinca com a casta dos Econ-Mat, com todo o status de seita religiosa, prelados mais rijos, pois “aventuram-se periodicamente a andar nus, enfrentando os frios ventos da abstração que varrem aquelas plagas...” Buchanan é mais violento e virulento do que com tudo mais: “são eunucos ideológicos”.

Não se vê no laureado a elegância de Keynes no trato dos opositores – não diminuída pela interpretação de Robinson (1979, pp.25), “se alguém discordava dele, era esse alguém que era idiota; não havia motivo para se irritar a respeito”. Nem muito menos a mesma elegância com que estabeleceu a limitação da matemática na economia (Harris 1954, pp.110):

O Professor Planck, de Berlim, o famoso criador da Teoria Quântica, certa vez observou-me que, anteriormente em sua vida, pensara em estudar economia, mas a achou difícil demais. O Professor Planck podia dominar facilmente toda a matéria da economia matemática em poucos dias. Não foi isto que ele quis dizer! Mas, para a interpretação econômica em sua forma superior, são necessários um amálgama de lógica e intui-

ção e o amplo conhecimento dos fatos, cuja maioria não é exata. Tudo está dito, com a categoria toda. Necessita-se dos Econ-Mat apenas como o organismo necessita do esqueleto, o que não é pouco: doutra maneira ficaria disforme – esta analogia é do Georgescu (1979, pp.115-27), que sintomaticamente apresenta o mais bem fundamentado estudo da questão; não é por menos, pois conhece e tem contribuições para a economia matemática como poucos. Acrescente-se que o desenvolvimento da ciência exige progressiva divisão de trabalho, não sendo a “interpretação superior” matéria para ortopedistas. Mas Buchanan não pensa assim. São economicamente ignorantes, desconhecem os conceitos, os fundamentos, desviam a atenção; ideologicamente eunucos, perseguem os demais, dominam e desviam as verbas, constituem-se em descabida perda social de recursos. É o caso de se especular sobre como os eunucos se multiplicarem para tanto. Ou seriam enucóides?

Conclusão

O estudo das revoluções e contra-revoluções econômicas pertence ao campo da evolução do conhecimento. Johnson confessa-se um “amador” no campo, e a visão que demonstra possuir difere significativamente do predominante, Thomas Kuhn *inter alia*. Predominam teorias sociológicas no estudo do comportamento dos cientistas, em sua atividade de “fazer ciência”. Diria melhor, no estudo do comportamento da comunidade científica, pois parte-se do grupo como unidade de análise, do coletivo e não do individual. O homem sociólogo tem seu comportamento determinado pelo grupo, pelo meio, é um “ator” na colocação de Brunner, o que faz com que a análise transmita uma impressão de impotência individual, de ingenuidade às vezes. A análise de Johnson, por outro lado, causa-me uma impressão conspiratória, ou de maquiavelismo certamente. Acredito serem reações típicas a meias-verdades, a análises que deixam de fora dimensões cruciais do fenômeno, enquanto conduzidas como se não o fizessem.

Para que uma revolução tenha sucesso, afirma Johnson, é preciso que ataque uma proposição crucial da ortodoxia dominante, não importando que forje uma caricatura dela. É preciso que prometa solução para um problema prático que seja considerado importante, nem que tenha disto persuadir a população. É preciso que descubra um grande economista do passado e o tome como precursos, inventando, se for o caso, uma ponte que o vincule ao movimento. Há bem mais, dentre o não tratado acima. Por exemplo, é preciso que seduza os acadêmicos jovens com a possibilidade de “pularem carniça” sobre os

mais velhos. É preciso que afaste estes através de um grau elevado de dificuldade, mas não a ponto de desmotivar os jovens – repulsão a atração resultam de uma decisão interesseira, e a chave da solução está no custo de oportunidade do tempo, maior para os velhos.

Ora, o que Johnson faz é uma análise neoclássica do comportamento dos acadêmicos revolucionários na ciência econômica. Trata-se de um excelente exemplo de trabalho catalático, sendo esta uma das razões que me levaram a usá-lo. Johnson cuida-se devidamente, apresentando-se como amador (sic), mantendo fina ironia, e preparando o estado de espírito do leitor – vale acompanhá-lo numa citação longa (idem, p.148):

Acho útil ao propor e tratar o problema, adotar a abordagem “como se” da economia positiva, conforme exposta pelo protagonista principal da contra-revolução monetarista, Milton Friedman, e perguntar: suponhamos que eu desejasse começar uma contra-revolução ao keynesianismo na teoria monetária, como o faria? Especificamente, o que poderia aprender sobre a técnica de fazê-lo, a partir da própria revolução? Propor a pergunta desta maneira envolve, naturalmente, um *desafio à ética profissional* geralmente aceita, e de acordo com a qual considerações puramente científicas devem motivar o trabalho, nunca considerações políticas; mas *posso proteger-me contra qualquer implicação de estar maculando o caráter de indivíduos, ou denegrindo o trabalho científico, pela adoção da metodologia “como se”*. (sublinha adicionada).

Pode-se imaginar a comoção que o autor provocaria na comunidade acadêmica se conduzisse esta “Richard T. Ely Lecture”, de 1970, no estilo buchaniano. Acredito que ainda seria inaceitável hoje. Mas a constatação maior para a qual caminho é que a sedição da Escolha Pública vem ocorrendo lenta e gradualmente, no melhor estilo das revoluções científicas da física, e como o foi a própria revolução neoclássica, de acordo com a análise de Hicks (idem, 213-5). Do Johnson catalático na análise do comportamento dos economistas, “protegendo-se no *como se*”, podemos passar ao Morgenstern (1965, pp.17-25) catalático no magistral estudo sobre as mentiras e falsificações dos dados econômicos, evidência que desenvolvi em trabalho já citado (Silveira 1984, p.364) – está bem menos visível, pois Morgenstern não faz a conexão de suas generalizações empíricas com o pressuposto do homem econômico, e nem mesmo demonstra consciência dela, além de casualmente usar outras dimensões da personalidade humana.

Dando um passo mais além, em geral a análise marxista do capitalismo pressupõe, implícita ou explicitamente, a ação interesseira. Difere-se apenas no partir do coletivo, da *classe* como unidade analítica – sexto sentido ou não, a ênfase de Buchanan na exclusividade absoluta do indivíduo faz sentido... Toquei nesta questão em livro recente

de introdução à filosofia econômica (Silveira 1987, pp.34-5), e pretendo explorá-la melhor. Obviamente, nada poderia perturbar tanto os catalíticos quanto uma proximidade com os marxistas. E a guarda parece aberta, pois a legitimidade do coletivo como unidade analítica está bem sustentada, com precedentes até na ciência da matéria: basta lembrar os compostos da química.

O homem moderno afastou-se e muito da ética grega (Knight 1923, pp.115), sendo inegável sua mudança significativa de comportamento quando em grupos. Matéria ainda mais interessante, nesta suposta aproximação de opostos, encontra-se na ótica distributiva. Hicks (idem, pp.211-2), novamente, vê a concentração crescente como causa da mudança de ótica, da produção para a distribuição, ocorrida com os clássicos. Smith fala assystematicamente da distribuição, Ricardo já enfrenta seu estudo mas na busca dos efeitos na produção, até que Mill vem a analisá-la *per se*, dando o ponto de partida a Marx. Vejam agora Brunner (1978, pp.65):

A natureza básica da estrutura política sugere que a questão da redistribuição de riquezas seja colocada em posto central da análise do governo.

BIBLIOGRAFIA*

Brunner, Karl.

"Reflections on the Political Economy of Government: The Persistent Growth of Government".

Schweizerische Zeitschrift für Volkswirtschaft und Statistik (Hef 3, 1978), pp.649-80.

EM: EPGE II (outubro 81), pp.45-86.

"Commentary on 'The State of the Monetarist Debate'".

FRB of St. Louis Review 55 (September 73), pp.9-14.

Brunner, Karl e William H. Meckling.

"The Perception of Man and the Conception of Government".

Journal of Money, Credit and Banking IX (Feb.77), pp.70-85.

EM: EPGE II (outubro 81), pp.23-44.

Buchanan, James M.

A Theory of Truth in Autobiography

Kyklos 39 (Fasc. 4, 1986), pp.507-17.

Liberty, Market and the State: Political Economy in the 1980s.

Washington Square, NY: New York Univ. Press, 1985.

Friedman, Milton.

"The Quantity Theory of Money – a Restatement"

In *Studies in the Quantity Theory of Money*,
Edited by Milton Friedman.
Chicago: Univ. of Chicago Press, 1956
"The Methodology of Positive Economics".
Essays in Positive Economics.
Chicago: Univ. of Chicago Press, 1953.
EM: EPGE I (fev 81), pp.162-200

Georgescu-Roegen, Nicholas.

"Methods in Economic Science".
Journal of Economic Issues XIII (June 79), pp.317-28.
EM: EPGE II (dezembro 80), pp.115-27.

Analytical Economics.

Cambridge, MA: Harvard Univ. Press, 1967.
EM: EPGE I (jun-ago 81), pp.201-389.

Harris, Seymour E.

"A Postscript by the Editor".
Em "Mathematics in Economics: Discussion of Mr Novick's
Article", Paul A. Samuelson et alii.
Review of Economics and Statistics XXXVI (Nov 1954), pp.328-6.
EM: EPGE I (dez 80), pp.106-13.

Hicks, John R.

"Revolutions in Economics"
Em *Methods and Appraisal in Economics*.
Editado por Spiro J. Latsis.
London: Cambridge Univ. Press, 1980.

Johnson, Harry G.

"The Keynesian Revolution and the Monetarist Counter-Revolution".
American Economic Review LXI (May 71), pp.1-14.
EM: EPGE I (fev 81), pp.145-62.

Knight, Frank H.

"The Ethics of Competition"
Quarterly Journal of Economics XXXVI (1923), pp.579-624.
EM: EPGE II (dez 81), pp.87-118.

"Ethics and the Economic Interpretation".
Quarterly Journal of Economics XXXVI (1922), pp.454-81.
EM: EPGE I (out 80), pp.1-24.

Kuhn, Thomas S.

- A Estrutura das Revoluções Científicas.*
São Paulo: Perspectiva, 1978.
- Lange, Oskar.
"On the Economic Theory of Socialism".
Edited by Benjamin E. Lippincott.
New York: McGraw-Hill, 1964.
- Lange, Oskar.
"The Scope and Method of Economics".
Review of Economic Studies XIII (1946-7), pp.19-32.
EM: EPGE II (dez 81), pp.119-38.
- Leijonhufvud, Axel.
"Life Among the Econ".
Western Economic Journal (September 73), pp.327-37.
EM: EPGE II (dez 81), pp.170-81.
- Lindbeck, Assar.
"The Prize in Economic Science in Memory of Alfred Nobel".
Journal Economic Literature XXIII (March 85), pp.37-56.
- Melo, Valdir M.
O Realismo dos Pressupostos em Economia.
Rio de Janeiro: EPGE-FGV, abril 1985 (tese de doutoramento)
- Morgenstern, Oskar.
On the Accuracy of Economic Observations.
Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 1965.
- Mundell, Robert A.
O Homem e a Economia.
Rio, Expansão Cultural, 1978.
- Nagel, Ernest.
"Assumptions in Economic Theory"
American Economic Review LIII (May 63), pp.211-19.
EM: EPGE II (abril 1982), pp.227-36.
- Parkin, Michael.
"Essays On and In the Chicago Tradition: a Review Essay".
Journal of Money, Credit and Banking 18
(February 1986), pp.104-16.
- Patinkin, Dom.
"A Reply [to Parkin]".
Journal of Money, Credit and Banking 18
(February 1986), pp.116-21.

- "The Chicago Tradition, the Quantity Theory, and Friedman".
Journal of Money, Credit and Banking I (Feb. 69), pp.46-70.
EM: EPGE II (dezembro 81), pp.139-67.
- Robinson Joan.
Filosofia Econômica.
Rio Zahar, 1979.
- "The Second Crisis of Economic Theory".
American Economic Review LXII (May 72), pp.1-10.
- Silveira, Antonio M.
Filosofia e Política Econômica: o Brasil do Autoritarismo.
Rio de Janeiro: IPEA-INPES, 1987.
- "Interpretação Econômica, Inflação e Indexação".
Em Questões de Método na Ciência Econômica.
São Paulo: IPE, 1986.
- "A Indeterminação de Morgenstern".
Revista Brasileira de Economia 38 (out-dez 84), pp.357-83.
- Simon, Herbert A.
"A Racionalidade do Processo Decisório em Empresas".
Revista Brasileira de Economia 38 (jan-mar 84), pp.111-42.
- Stigler, George J.
"The Influence of Events and Policies on Economic Theory".
American Economic Review L (May 1960), pp.36-45.

* Algumas obras dentre as listadas foram traduzidas e publicadas na revista, Edições Múltiplas: uma colaboração para a EPGE. Quando é o caso, a indicação aparece na sigla EM: EPGE, com as especificações devidas – as páginas citadas são do texto traduzido.